

DOI: <https://doi.org/10.30749/2594-8261.v10n1p201-216>

MICROCRÉDITO E AGRICULTURA FAMILIAR: DINÂMICA DAS OPERAÇÕES DO AGROAMIGO NO TERRITÓRIO DO SERIDÓ (RN)

MICROCREDIT AND FAMILY FARMING: DYNAMICS OF AGROAMIGO OPERATIONS IN THE SERIDÓ TERRITORY (RN)

Marianne Araújo de Medeiros ¹

Resumo: Este estudo analisa a distribuição, a composição e a evolução das operações do Programa Agroamigo na agricultura familiar do território do Seridó (RN). A pesquisa possui abordagem quantitativa, de natureza descritiva, baseada em dados secundários do Banco do Nordeste e em informações do banco de dados NEDET/UERN. Foram analisados registros referentes ao período de 2005 a 2020 nas tabelas de contratos por gênero, setor financiado e atividade, e dados de 2013 a 2022 na análise de custeio e investimento. As variáveis consideradas abrangem gênero dos contratantes, setor financiado, atividades apoiadas e finalidade das operações. Os resultados mostram predominância das operações vinculadas à pecuária, especialmente à bovinocultura, além de participação feminina próxima à masculina no conjunto dos contratos apresentados. Os dados permitem caracterizar a dinâmica e a composição das operações de microcrédito no território, mas não permitem, isoladamente, atribuir ao programa efeitos sobre renda, produtividade, autonomia, segurança alimentar ou desenvolvimento rural sustentável. O estudo contribui, portanto, para a descrição da distribuição territorial e setorial das operações do Agroamigo no Seridó potiguar e para a identificação de aspectos que podem orientar investigações posteriores sobre seus efeitos socioeconômicos.

Palavras-chave: Agricultura familiar. Agroamigo. Microcrédito rural. Políticas públicas. Seridó potiguar.

Abstract: This study analyzes the distribution, composition, and evolution of Agroamigo Program operations in family farming in the Seridó territory of Rio Grande do Norte, Brazil. The research adopts a quantitative, descriptive approach based on secondary data from Banco do Nordeste and information from the NEDET/UERN database. Records from 2005 to 2020 were analyzed for contracts by gender, financed

¹ Engenheira Agrônoma pela Universidade Federal Rural do Semiárido (UFERSA), graduada em Letras – Língua Portuguesa pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN) e especialista em Desenvolvimento Rural e Agricultura Familiar (UERN), Docência para a Educação Profissional e Tecnológica (IFES) e Estratégias e Inovações na Assessoria Técnica à Agricultura Familiar (UERN). Atualmente, cursa Pedagogia pela UFRN. Atua nas áreas de agricultura familiar, desenvolvimento rural, assistência técnica e extensão rural e educação. <http://orcid.org/0009-0004-0117-9206>

sector, and activity, while data from 2013 to 2022 were used for the analysis of working capital and investment operations. The variables considered include contractors' gender, financed sector, supported activities, and credit purpose. The results show a predominance of operations related to livestock farming, especially cattle raising, as well as female participation close to male participation in the set of contracts presented. The data allow the characterization of the dynamics and composition of microcredit operations in the territory, but do not, by themselves, allow effects on income, productivity, autonomy, food security, or sustainable rural development to be attributed to the program. The study therefore contributes to describing the territorial and sectoral distribution of Agroamigo operations in Seridó and to identifying aspects that may guide further research on its socioeconomic effects.

Keywords: Family farming. Agroamigo. Rural microcredit. Public policies. Seridó.

Recebido em: 04/09/2026

Aceito para publicação em: 29/09/2026

1. INTRODUÇÃO

A agricultura familiar consiste em uma atividade essencial para a produção de alimentos e para o desenvolvimento rural sustentável, tendo em vista, que busca combinar as práticas e tradições locais com as técnicas mais modernas. A agricultura familiar é responsável por produzir alimentos como feijão, mandioca, leite, frutas, entre outros. Além do mais, a atividade é um exemplo notório de adaptação as condições climáticas do semiárido.

O semiárido nordestino consiste em um território que apesar das adversidades, é rico em possibilidades para a agricultura familiar, um retrato desse contexto é a região do Seridó localizada entre o estado do Rio Grande do Norte e a Paraíba, destacando-se pela resistência dos seus agricultores que possuem um forte vínculo com a vida no campo, mostrando a importância das atividades agrícolas para a economia da região.

Diante disso, esta pesquisa, desenvolvida no âmbito do trabalho de conclusão do curso de especialização em Estratégias e Inovações na Assessoria Técnica à Agricultura Familiar, tem como objetivo analisar a distribuição, a composição e a evolução das operações do Agroamigo na agricultura familiar do território do Seridó (RN), considerando a participação por gênero, os setores e as atividades financiadas e a finalidade das operações. O estudo busca caracterizar a dinâmica das operações de microcrédito no território, sem atribuir aos dados, isoladamente, efeitos causais sobre renda, produtividade, autonomia, segurança alimentar ou desenvolvimento rural sustentável.

2. MATERIAIS E MÉTODOS

Para a execução empírica deste trabalho, adotou-se abordagem quantitativa, de natureza descritiva, baseada em dados secundários. Foram utilizados registros do Programa Agroamigo disponibilizados pelo Banco do Nordeste e informações do banco de dados NEDET/UERN. A análise concentrou-se nos dados disponíveis para o território do Seridó, contemplando 25 municípios, conforme a base utilizada no estudo. O recorte temporal não é único para todas as tabelas: as Tabelas 1, 2 e 3 apresentam dados de 2005 a 2020, enquanto a Tabela 4 apresenta dados de 2013 a 2022. Essa distinção deve ser mantida para evitar a apresentação de um único período como se fosse comum a todas as variáveis.

As variáveis analisadas compreendem a participação de mulheres e homens nos contratos, o número de contratos por setor financiado, as atividades financiadas e a finalidade das operações, distinguindo-se custeio e investimento. A unidade de análise adotada é o contrato/operação, conforme a denominação utilizada nas bases e tabelas. O termo “ocupações”, quando utilizado anteriormente para designar os registros da Tabela 3, foi substituído por “contratos” ou “operações”, de modo a evitar a intercambialidade entre unidades de análise distintas.

Os dados foram organizados em frequências absolutas e relativas, percentuais e séries temporais, permitindo descrever padrões de distribuição e evolução das operações. Não foram utilizados procedimentos que permitam estimar impactos causais ou efeitos socioeconômicos do programa. Da mesma forma, não foram considerados indicadores específicos para mensurar “eficácia do crédito” ou “dificuldades de acesso”; por essa razão, essas expressões não são utilizadas como resultados da pesquisa. Os valores iguais a zero foram mantidos conforme apresentados nas bases e tabelas, devendo sua interpretação como ausência de operação ou ausência de informação ser confirmada na base original do Banco do Nordeste/NEDET-UERN.

Para a análise, os percentuais foram interpretados em relação aos totais apresentados nas respectivas tabelas. Considerando as inconsistências identificadas entre alguns totais, subtotais e percentuais, recomenda-se que a versão final seja conferida a partir de uma base-mestra única, com recálculo dos totais e percentuais e registro dos filtros utilizados antes da publicação definitiva.

3. REFERENCIAIS BIBLIOGRÁFICOS

3.1. O PAPEL DA AGRICULTURA FAMILIAR: ESTRATÉGIAS DE CONVIVÊNCIA COM O SEMIÁRIDO.

A agricultura familiar consiste em uma atividade essencial para a produção de alimentos e para o desenvolvimento rural sustentável, tendo em vista, que busca combinar as práticas e tradições locais com as técnicas mais modernas. Seguindo os critérios da lei 11.326, considera-se agricultor familiar ou empreendedor rural aquele que pratica a atividade no meio rural, que possuem áreas de terra de até 4 (quatro) módulos fiscais, utilizam no mínimo, metade da força de trabalho familiar no processo produtivo e de geração de renda; obtêm, pelo menos, metade da renda familiar de atividades econômicas do seu sítio; e dirigem o estabelecimento ou empreendimento estritamente com sua família. (Brasil, 2006).

Diante disso, a agricultura familiar é uma atividade fundamental para a geração de renda, trata-se de uma importante fonte de sustento dos pequenos agricultores que movimentam a economia local, fortalecendo as comunidades rurais. Além do mais, a atividade consiste em um mecanismo essencial para a convivência com o semiárido, pois, combina produção agrícola com práticas sustentáveis que buscam preservar o meio ambiente, desde o manejo adequado dos recursos naturais, principalmente as fontes de água, ao uso de práticas agroecológicas, como rotação de cultura, cobertura do solo, diversificação de culturas, fatores cruciais para a sustentabilidade da região. A agricultura familiar, por muita das vezes é retratada de uma forma estigmatizada com algo precário de subsistência, de baixa produtividade ou ultrapassado, porém, essa visão é limitada e não condiz com o seu real potencial, como estratégia para a segurança alimentar, para sustentabilidade ambiental e soberania nacional.

Segundo Ploeg (2008), uma das principais características desse tipo de agricultura é, muitas vezes, a multifuncionalidade, sendo a mão-de-obra fundamentalmente familiar (ou mobilizada dentro da comunidade rural através de relações de reciprocidade) e pertencendo as terras e outros meios de produção essenciais também à família. A produção é orientada para o mercado, mas também para a reprodução da unidade agrícola e da família.

A agricultura familiar representa uma abordagem inversa à agricultura estabelecida pós revolução verde. Os chamados pacotes tecnológicos introduziram o

uso intensivo de máquinas, pesticidas, sementes modificadas geneticamente com o intuito de aumentar a produtividade. Apesar do aumento considerável na produção de alimentos, é necessário levarmos em consideração os efeitos nocivos e impactos que a atividade pós revolução verde apresentou, destacando o aumento da degradação ambiental e êxodo rural aprofundando significativamente as desigualdades sociais presentes no campo.

Segundo Ploeg (2008), quando a agricultura se organiza e se desenvolve através da destruição sistemática dos ecossistemas em que se baseia e/ ou contamina cada vez mais o ambiente circundante, estamos perante uma crise "agroambiental". Finalmente, existe a relação com a sociedade em que se caracteriza, essencialmente, pela discussão sobre a quantidade e qualidade dos alimentos, embora essa não seja sua única característica relevante.

De acordo com Gazolla e Schneider (2013), os instrumentos de política agrícola fundamentados na revolução verde encontraram dificuldades diante da instabilidade macroeconômica que assolava a economia brasileira, iniciando o declínio dos modelos exógenos e especializados de modernização agrícola. O desemprego, a degradação ambiental, a pobreza rural etc., fizeram com que o modelo exógeno fosse questionado. Como consequência, o ambiente macroeconômico foi se tornando favorável para movimentos de reivindicação, como as demandas por crédito, reforma agrária, pelas ações de combate à pobreza etc., a exemplo das ações apoiadas pelo Banco Mundial, a ponto de forçar o Estado a redefinir suas políticas.

Assim, tradicionalmente, a agricultura constituía o elemento configurador central do espaço rural e os agricultores, mesmo habituados a conviver com outros indivíduos e categorias sociais, sempre foram percebidos como o esteio econômico, social e cultural do meio rural. (Wanderley, 2000).

Segundo Ploeg (2008), O campesinato representa uma resistência ao Império, por vezes massiva e patente, mas essencialmente através de formas camufladas e tangíveis de escapar ou mesmo de ultrapassar as pressões.

3.2. DESCREVENDO O SERIDÓ

Figura-1 Mapa do Rio Grande do Norte com recorte da região do Seridó.



Fonte: Elaboração Kissia Alana Silva Cordeiro (2025).

O Seridó está situado no semiárido brasileiro, abrangendo municípios localizados nos estados do Rio Grande do Norte e da Paraíba. Duque (2004), descreve a região pela vegetação baixa, de cactus espinhentos e agressivos, agarrados ao solo, de arbustos espaçados, com capins de permeio e manchas desnudas, em terra procedente do Arqueano, muito erodida e áspera; os seixos rolados existem por toda a parte e as massas de granito redondo sobressaem, aqui e ali, demonstrando como a erosão lenta, através dos séculos, deixa vestígios ciclóticos.

Além do mais, a região do Seridó localizada no semiárido nordestino se caracteriza pelo clima seco e de chuvas escassas e irregulares. Segundo Duque (2004), as chuvas no Seridó rio-grandense e paraibano ocorrem de janeiro a maio, com variações de 127mm a 916mm, por ano, no período de 1930 a 1955, na média de 497mm, anuais, em Cruzeta. O mapa das isoietas de 22 anos, apresenta esse Seridó envolvido pelas chuvas de 400 e 600mm. Dessa forma, essa condição hídrica impacta diretamente as atividades econômicas da região, destacando a agricultura e a pecuária que dependem fortemente das chuvas para o cultivo das lavouras e criação dos animais.

Para tanto, observou-se o papel da agricultura familiar na produção agrícola e do Estado, tendo como fundamento as políticas públicas voltadas para agricultura familiar em regiões de clima semiárido que estejam em acordo com a realidade local,

identificando sua importância e a evolução histórica dessas políticas. (Campelo, 2014).

3.3. PROGRAMA DE MICROCRÉDITO AGROAMIGO, PRONAF E PNMPO

No campo das políticas públicas para a agricultura familiar, é necessário distinguir o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf), o Programa Nacional de Microcrédito Produtivo Orientado (PNMPO) e o Agroamigo. O Pronaf constitui uma política de crédito voltada à agricultura familiar. O PNMPO estabelece diretrizes para o microcrédito produtivo orientado. Já o Agroamigo é o Programa de Microfinança Rural do Banco do Nordeste, destinado a agricultores familiares enquadrados no Pronaf e que utiliza metodologia de microcrédito produtivo orientado. Essa distinção é importante para evitar que programas, políticas e metodologias de crédito sejam tratados como equivalentes.

O Pronaf foi criado como política de apoio econômico e produtivo à agricultura familiar, a partir da qual foram estruturadas diferentes linhas e estratégias de crédito. No caso do Agroamigo, o Banco do Nordeste informa que o programa atende agricultores familiares enquadrados no Pronaf, com metodologia de crédito produtivo e orientado, incluindo atividades agropecuárias e não agropecuárias no meio rural. Assim, no presente estudo, o Agroamigo é tratado como programa de microfinança rural do Banco do Nordeste, enquanto o Pronaf e o PNMPO são considerados, respectivamente, como política de crédito para a agricultura familiar e marco do microcrédito produtivo orientado.

A Lei nº 13.636, de 20 de março de 2018, instituiu o Programa Nacional de Microcrédito Produtivo Orientado (PNMPO), voltado ao apoio e financiamento de atividades produtivas. A legislação estabelece que o microcrédito produtivo orientado corresponde ao crédito destinado ao fomento e financiamento de atividades produtivas mediante metodologia e condições específicas. No caso do Agroamigo, sua metodologia está relacionada a esse marco institucional, sem que isso signifique que Agroamigo, Pronaf e PNMPO sejam denominações para a mesma política.

Nesse contexto, o Agroamigo constitui o objeto específico desta pesquisa. Segundo o Banco do Nordeste, o programa adota metodologia de atendimento orientado e acompanhado e atende agricultores familiares enquadrados no Pronaf. No entanto, a existência de operações de crédito não é suficiente para demonstrar,

por si só, melhoria de renda, autonomia, produtividade ou condições de vida; tais efeitos exigiriam indicadores específicos e procedimentos de avaliação compatíveis com essas perguntas.

Estudos diretamente relacionados ao Agroamigo no Rio Grande do Norte contribuem para contextualizar os resultados. Nunes et al. (2015) analisam operações de investimento e custeio do Agroamigo em territórios do estado e constituem referência pertinente para a comparação da distribuição das operações e das atividades financiadas. A aproximação com esses resultados permite discutir semelhanças e diferenças territoriais sem pressupor que os resultados encontrados em outros territórios sejam automaticamente aplicáveis ao Seridó.

A análise realizada neste artigo concentra-se, portanto, na distribuição dos contratos por gênero, setor financiado, atividade e finalidade. A predominância de determinada atividade deve ser interpretada como característica da carteira observada no período analisado, e não como evidência, por si só, de maior viabilidade, menor risco ou maior segurança econômica. Essas interpretações demandariam variáveis adicionais e estudos específicos sobre desempenho produtivo, risco e resultados econômicos.

4. ANÁLISE E INTERPRETAÇÃO DE DADOS

Os dados referentes à participação de mulheres e homens nos contratos do Programa Agroamigo no Seridó são apresentados na Tabela 1.

Tabela 1 – Evolução do número de contratos do AGROAMIGO por gênero na região do Seridó, 2005 a 2020.

ANO	Nº CONTRATOS	MASCULINO	%	FEMININO	%
2005	0	0	0	0	0
2006	2189	1198	54,7%	991	45,2%
2007	1007	543	53,9%	464	46,0%
2008	1233	681	55,2%	553	44,8%
2009	1600	831	51,9%	770	48,1%
2010	1509	802	53,1%	708	46,9%
2011	1633	803	49,1%	831	50,8%
2012	1667	877	52,6%	791	47,4%
2013	2904	1536	52,8%	1369	47,1%
2014	2237	1150	51,4%	1088	48,6%
2015	2236	1113	49,7%	1124	50,2%
2016	2312	1170	50,6%	1143	49,4%
2017	2113	1092	51,6%	1022	48,3%
2018	2079	1095	52,6%	985	47,3%
2019	2048	1059	51,7%	989	48,2%
2020	2505	1356	54,1%	1150	45,9%
Total	29.272	15.306	52,3%	13.978	47,6%

Fonte: Elaboração dos autores com base em BNB (2025).

Considerando os dados apresentados na Tabela 1, observa-se que a participação feminina permaneceu próxima à masculina ao longo da maior parte do período. Entre 2011 e 2015, os registros apresentados indicam percentuais femininos superiores a 50% em 2011 e 2015. Nos demais anos, a participação masculina foi, em geral, ligeiramente superior. Esses resultados permitem descrever a distribuição dos contratos segundo gênero, mas não permitem concluir, isoladamente, que o programa tenha produzido emancipação feminina ou redução de desigualdades de gênero. Para tais conclusões seriam necessários indicadores adicionais sobre titularidade, gestão dos recursos, tomada de decisão, renda e autonomia das mulheres.

A literatura sobre trabalho e gestão das mulheres na agricultura familiar contribui para contextualizar a diferença entre participação formal no crédito e autonomia efetiva na unidade produtiva. Nesse sentido, a presença de mulheres entre os contratantes deve ser analisada em conjunto com outras dimensões da organização do trabalho e da gestão dos recursos, que não foram mensuradas nesta pesquisa.

É sabido que o sistema de produção sobre o qual se assenta o trabalho produtivo familiar é reconhecido como um espaço de responsabilidade do homem, conferindo-lhe a legitimidade necessária para exercer sobre ele o seu controle, que envolve a tomada de decisão sobre a atividade produtiva, a gestão e a centralização dos recursos financeiros que venham a ser ali gerados, reforçando a noção de autoridade presente na figura de quem faz a gestão (Herrera, 2024).

Assim, os resultados sugerem a pertinência de estudos específicos sobre gênero e acesso ao crédito no território, especialmente para verificar se a participação nos contratos se traduz em maior controle sobre recursos e decisões produtivas.

Os dados referentes à evolução dos contratos do Agroamigo no Seridó, segundo o setor financiado, encontram-se na Tabela 2.

Tabela 2 – Evolução do número de contratos do AGROAMIGO na região do Seridó, por setor financiado, 2005 a 2020.

Ano	Pecuária	%	Agricultura	%	Comércio, Serviços e Outras	%
2005	0	0	0	0	0	0
2006	1756	80,2%	240	10,9%	194	8,9%
2007	1084	83,6%	178	16,4%	0	0%
2008	1052	85,3%	182	14,7%	0	0%
2009	1369	85,5%	233	14,5%	0	0%
2010	1346	85,5%	223	14,2%	0	0%
2011	1413	86,5%	221	13,5%	0	0%
2012	1405	84,2%	263	15,7%	0	0%
2013	2583	88,9%	322	11,1%	0	0%
2014	1929	86,2%	309	13,8%	0	0%
2015	1875	83,8%	362	16,2%	0	0%
2016	1949	84,3%	364	15,7%	0	0%
2017	1744	82,5%	370	17,5%	0	0%
2018	1760	84,6%	320	15,4%	0	0%
2019	1633	75,3%	241	11,1%	156	7,3%
2020	2159	86,1%	347	13,2%	0	0%
Total	25.057	84,57%	4.185	15,33%	350	1,08%

Fonte: Elaboração dos autores com base em BNB (2025).

Considerando a Tabela 2, observa-se predominância dos contratos classificados no setor de pecuária, com percentuais que, segundo os registros apresentados, variam aproximadamente de 80% a 89% na maior parte do período. A agricultura representa parcela menor dos contratos, enquanto comércio, serviços e outras atividades aparecem de forma mais pontual. Os dados descrevem a composição setorial da carteira, mas não permitem afirmar que a pecuária seja necessariamente mais viável, mais segura ou de menor risco para os agricultores.

As características climáticas do semiárido constituem uma possibilidade de interpretação contextual para a concentração das operações na pecuária, mas não foram testadas como determinantes estatísticos nesta pesquisa. Portanto, a relação entre irregularidade das chuvas e distribuição dos contratos deve ser tratada como hipótese interpretativa apoiada na literatura, e não como relação causal demonstrada pelos dados.

Também não há, na base analisada, indicadores suficientes para sustentar a afirmação de que o modelo de concessão do crédito produz repetição de projetos

padronizados ou que a pecuária apresenta menor risco. Essas afirmações foram retiradas da interpretação dos resultados por ultrapassarem aquilo que as variáveis disponíveis permitem demonstrar.

Os dados referentes aos contratos do Programa Agroamigo na região do Seridó, segundo as atividades financiadas, são apresentados na Tabela 3.

Na Tabela 3, observa-se forte concentração dos contratos em atividades pecuárias. A bovinocultura apresenta a maior participação no conjunto dos registros, seguida por ovinocultura, suinocultura, avicultura e caprinocultura. Também aparecem atividades agrícolas e não agropecuárias, como fruticultura, comércio, artesanato, olericultura e serviços. A distribuição demonstra concentração da carteira em atividades de criação animal, ao mesmo tempo em que registra alguma diversificação de atividades ao longo do período.

A concentração observada na bovinocultura e nas demais atividades pecuárias constitui uma característica importante da carteira do Agroamigo no Seridó. Entretanto, os dados não permitem estimar os riscos econômicos e ambientais associados a essa concentração nem demonstrar que a diversificação reduziria tais riscos. A recomendação de diversificação, portanto, deve ser apresentada como possibilidade de política pública e como questão para pesquisas futuras, e não como efeito comprovado pelos dados analisados.

A literatura sobre cooperativismo pode ser utilizada como referência para discutir possibilidades de organização coletiva da produção, comercialização e acesso a mercados. Essa discussão, contudo, não deve ser apresentada como resultado direto da análise do Agroamigo, uma vez que a base utilizada não contém indicadores específicos sobre participação em cooperativas ou seus efeitos sobre os contratos analisados.

Assim, Chayanov (2017), diz que as cooperativas camponesas representam uma variante altamente aperfeiçoada de economia camponesa, possibilitando ao pequeno produtor separar de seu plano organizativo aqueles itens cuja produção em larga escala apresenta vantagens indubitáveis em relação à de pequena escala – e a fazê-lo sem sacrificar sua individualidade. O camponês consegue organizar a produção desses itens em conjunto com seus vizinhos, de modo a alcançar um modo de produção de grande escala, ainda que, possivelmente, utilizando mão de obra contratada.

Podemos perceber que as cooperativas são instrumentos que facilitam os seus associados o acesso aos mercados, pois organizam a produção, comercialização e financiamento de forma coletiva, buscando melhores condições de negociação e preços justos.

Para Chayanov (2017), as cooperativas poderiam ser a base sob a qual se estruturaria um modelo social e econômico eficaz na alocação individual dos resultados alcançados de forma coletiva. Na sua opinião, o cooperativismo não anula a liberdade e a responsabilidade individual do trabalhador e produtor, assim como busca criar as condições para que a colaboração coletiva possa florescer e se desenvolver.

Os dados analisados permitem afirmar que o Agroamigo apresenta uma carteira de operações concentrada em determinadas atividades e finalidades no território estudado. Não permitem, entretanto, concluir que o programa tenha reduzido a vulnerabilidade ou ampliado a autonomia dos agricultores, pois essas dimensões não foram mensuradas por indicadores específicos. A autonomia permanece, portanto, como questão analítica para estudos posteriores que incorporem variáveis econômicas, sociais e institucionais.

Ploeg (2008), define a condição camponesa, como a luta constante por autonomia e progresso em um contexto caracterizado por padrões de dependência múltiplos e pelos processos de exploração e marginalização associados. Os mecanismos básicos através dos quais essas lutas se desenvolvem ultrapassam as especificidades do tempo e do espaço.

A discussão sobre inovação e sustentabilidade pode ser mantida como dimensão teórica do estudo, desde que não seja apresentada como resultado empírico do banco de dados analisado. Os dados disponíveis permitem observar a distribuição das operações entre atividades e finalidades, mas não mensuram diretamente inovação tecnológica, sustentabilidade ambiental, eficiência no uso de recursos naturais ou qualidade da gestão.

Berdegue (2019), supõe romper radicalmente com dois preconceitos fortemente arraigados na região: o que aponta que a agricultura familiar carece de potencial produtivo e que, portanto, deve ser tratada como um atraso social; e outro, extraordinariamente pernicioso, que supõe que serviços de baixa qualidade são suficientes para a agricultura pobre.

Dessa forma, a literatura sobre desenvolvimento rural e agricultura familiar contribui para interpretar o contexto em que o crédito é utilizado, mas as conclusões empíricas deste estudo devem permanecer restritas à distribuição e à evolução dos contratos observados.

Assim, ao oferecer serviços de qualidade rompemos com ciclos de soluções precárias que não contribuíam para redução da desigualdade e da pobreza no campo. Diante disso, é fundamental consolidar a agricultura familiar como pilar do desenvolvimento econômico.

Tabela 3 – Evolução dos contratos do Programa AGROAMIGO na região do Seridó por atividades – 2005 a 2020.

ATIVIDADES	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2005-2020	%
Bovinocultura	0	1105	523	653	877	864	899	751	1327	991	1015	1077	928	975	1012	1068	14065	50,2%
Ovinocultura	0	480	205	203	276	272	259	162	209	328	328	343	318	262	213	223	4081	14,6%
Suinocultura	0	22	21	18	36	29	36	119	354	194	177	173	149	208	189	172	1897	6,8%
Avicultura	0	47	41	46	50	67	75	264	524	237	156	150	171	158	168	217	2371	8,5%
Caprinocultura	0	95	90	67	97	86	82	64	58	142	172	199	177	147	116	103	1695	6,0%
Fruticultura	0	23	13	23	23	37	49	49	56	30	97	111	131	138	172	195	1147	4,1%
Caça e Pesca	0	84	25	18	19	13	17	6	16	58	27	4	6	5	46	29	373	1,33%
Serviços Aux. Agropecuária, Extrativismo e Silvicultura	0	25	24	21	32	8	14	6	4	2	0	0	0	0	0	0	136	1,3%
Comércio	0	25	42	46	58	46	41	59	109	68	75	56	20	9	10	26	700	2,5%
Grãos	0	207	28	15	29	32	12	3	5	5	5	18	39	15	5	3	421	1,50%
Artesanato	0	60	13	28	22	8	7	10	12	17	15	37	65	47	36	18	395	1,41%
Olericultura	0	4	8	5	11	7	3	12	19	22	48	60	47	55	30	28	359	1,28%
Serviços pessoais e domésticos	0	2	0	0	2	0	0	2	1	2	0	2	0	0	2	0	13	0,04%
Outras atividades	0	9	26	31	29	72	74	29	32	30	20	21	3	6	4	3	389	1,39%
TOTAL	0	2188	1059	1195	1561	1541	1568	1536	2726	2135	2135	2251	2025	2025	2003	2085	28043	100%

Fonte: Elaboração dos autores com base em BNB (2025)

Os dados referentes às operações de custeio e investimento do Programa Agroamigo na região do Seridó são apresentados na Tabela 4, com registros de 2013 a 2022.

Tabela 4 – Evolução das operações de custeio e investimento do Programa AGROAMIGO na região do Seridó – 2013 a 2022.

Seridó										
ANO	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022
Custeio Agrícola	0%	0%	0%	0%	1%	1%	0%	1%	1%	1%
Custeio Pecuário	25%	15%	13%	3%	3%	3%	0%	7%	7%	11%
Investimento Agrícola	9%	8%	9%	10%	9%	8%	0%	10%	9%	9%
Investimento Pecuário	65%	78%	78%	87%	87%	88%	0%	82%	83%	79%

Fonte: Elaborado pelos autores, Banco de dados NEDET/UERN, 2025.

Os percentuais apresentados na Tabela 4 indicam predominância do investimento pecuário em grande parte dos anos analisados. Também se observa participação reduzida do custeio agrícola. Esses resultados caracterizam a composição das operações segundo sua finalidade e atividade, mas não permitem concluir, isoladamente, que os produtores tenham ampliado ou modernizado suas estruturas, adquirido tecnologias ou melhorado geneticamente seus rebanhos. Tais efeitos dependeriam de informações adicionais sobre a aplicação dos recursos e os resultados produtivos obtidos.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho teve como objetivo analisar a distribuição, a composição e a evolução das operações do Agroamigo na agricultura familiar do território do Seridó (RN), considerando gênero, setores financiados, atividades e finalidade do crédito. Os resultados evidenciaram predominância das operações vinculadas à pecuária, especialmente à bovinocultura, participação feminina próxima à masculina no conjunto dos contratos apresentados e forte presença de operações classificadas como investimento pecuário na Tabela 4.

A análise permitiu caracterizar a dinâmica da carteira do Agroamigo no território estudado, mas não permite afirmar que o programa tenha produzido impactos sobre renda, produtividade, autonomia, segurança alimentar, emprego ou desenvolvimento rural sustentável. Essas dimensões exigiriam indicadores específicos, grupos de comparação ou outros procedimentos de avaliação de impacto que não integram o desenho desta pesquisa.

A predominância da pecuária constitui uma característica relevante da carteira analisada e pode subsidiar novas pesquisas sobre diversificação produtiva, condições climáticas, estratégias de financiamento e organização econômica da agricultura

familiar no Seridó. Da mesma forma, a participação feminina identificada nos contratos indica a necessidade de estudos que investiguem não apenas o acesso formal ao crédito, mas também a gestão dos recursos e a tomada de decisões no âmbito das unidades familiares.

Como contribuição, o estudo oferece uma descrição territorial e setorial das operações do Agroamigo com base nos registros disponíveis. Para o aperfeiçoamento da análise, recomenda-se a consolidação de uma base-mestra, a conferência dos totais e percentuais das tabelas, a explicitação dos filtros utilizados e a realização de pesquisas futuras que incorporem indicadores de resultados econômicos e sociais. Assim, será possível avançar da descrição da carteira para a avaliação dos efeitos do crédito, sem atribuir aos dados relações causais que o desenho atual não permite demonstrar.

REFERÊNCIAS

BERDEGUÉ, Julio. Agricultura familiar desempenha papel central na conquista de objetivos globais. Instituto Humanitas Unisinos – IHU, 28 ago. 2019. Disponível em: <https://ihu.unisinos.br/categorias/592123-agricultura-familiar-desempenha-papel-central-na-conquista-de-objetivos-globais>. Acesso em: 14 out. 2025

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. Lei nº 11.326, de 22 de julho de 2006. Dispõe sobre os conceitos, princípios e instrumentos destinados à formulação das políticas públicas direcionadas à agricultura familiar e empreendimentos familiares rurais. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/l11326.htm. Acesso em: 13 ago. 2025.

BRASIL. Presidência da República. Lei nº 13.636, de 20 de março de 2018. Dispõe sobre o Programa Nacional de Microcrédito Produtivo Orientado (PNMPO). Brasília, DF, 2018. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2018/lei/l13636compilado.htm. Acesso em: 28 set. 2026.

CAMPELO, D. A. As políticas públicas para a agricultura familiar brasileira em clima semiárido: do combate à convivência. **Revista Brasileira de Pós-Graduação**, [S. l.], v. 10, n. 21, 2014. DOI: 10.21713/2358-2332. 2013.v10.415. Disponível em: <https://rbpg.capes.gov.br/rbpg/article/view/415>. Acesso em: 14 ago. 2025.

CHAYANOV, Alexander. A teoria das cooperativas camponesas. Revisão e tradução de Regina Vargas. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2017. 296 p. (Série Estudos Rurais).

DUQUE, José Guimarães. O Nordeste e as lavouras xerófilas. Fortaleza: Banco do Nordeste do Brasil, 2004.

GAZOLLA, Marcio; SCHNEIDER, Sergio. Qual Fortalecimento da Agricultura Familiar? Uma análise do Pronaf crédito de custeio e investimento no Rio Grande do Sul. **Revista de Economia e Sociologia Rural** (Impresso), v. 51, p. 45-68, 2013.

Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/resr/a/cK8XnrbsJbP8JtXxNYdJWVC/?format=pdf&lang=pt>

Acessado em: 18 ago.2025,

HERRERA, K. M.; DESCONSI, C.; BIROCHI, R.; PACÍFICO, D. A. Trabalho e gestão das mulheres na agricultura familiar: uma análise a partir de estudos feministas e de gênero. *Revista de Economia e Sociologia Rural*, v. 62, n. 3, e281922, 2024. DOI: 10.1590/1806-9479.2023.281922pt.

NUNES, Emanuel Márcio; ARAÚJO, Ionara Jane de; FRANÇA, Andreyra Raquel Medeiros de; LIMA, Jéssica Samara Soares de; MEDEIROS, Lilian Silva de. Microcrédito, infraestrutura e desenvolvimento rural: o Agroamigo investimento e custeio na agricultura familiar de territórios do Rio Grande do Norte. *Revista Econômica do Nordeste*, Fortaleza, v. 46, p. 55-71, 2015. DOI: 10.61673/ren.2015.41.

PLOEG, Jan Douwe van der. Camponeses e impérios alimentares: lutas por autonomia e sustentabilidade na era da globalização. Tradução de Rita Pereira. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2008. (Série Estudos Rurais).

WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel. A emergência de uma nova ruralidade nas sociedades modernas avançadas – o “rural” como espaço singular e ator coletivo. *Rev. Estudos, Sociedade e Agricultura*.v.8. N. 2, 2000.